



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
FACULDADE DE DIREITO

FRANCISCO MAGNO BRITO PEREIRA
GIZELE SILVA RAMOS
LIVIA AMARAL ROMERO
MARIANA LOPES PORTELA
MYRELLA GABRIELA FERREIRA FREITAS
TIAGO CORREIA CARMO

**COMENTÁRIO AO LIVRO “PROJETO NACIONAL: O DEVER DA
ESPERANÇA” DE CIRO GOMES**

Trabalho como requisito à 2ª
Avaliação da Disciplina TEORIA
ECONÔMICA E DIREITO,
apresentado ao curso de
Bacharelado em Direito – Campus
Fortaleza

Professor: Prof. Dro. Emmanuel
Teófilo Furtado Filho

FORTALEZA – CE
2021

Sobre o Autor

Ciro Gomes, nascido em 1957, é político, advogado e professor universitário. Foi deputado estadual (1983-1988), prefeito de Fortaleza (1988-1990), governador do Ceará (1991-1994), ministro da Fazenda (1994-1996), ministro da Integração Nacional (2003-2006), deputado federal (2006-2010), secretário da Saúde do Ceará (2013-2015) e três vezes candidato à presidência da República. Projeto Nacional: O dever da esperança é seu quarto livro.

Sobre o Livro

Projeto Nacional: O dever da esperança, livro inédito de Ciro Gomes, é um convite para debater racionalmente o país que somos e o país que desejamos ser. “É minha contribuição pessoal a uma reflexão inadiável sobre o Brasil, as raízes de seus graves problemas e as pistas para sua solução”, escreve o autor na introdução. A frase reflete o espírito da obra e de seu autor: não só oferecer um diagnóstico das principais questões que atrapalharam o nosso desenvolvimento com democracia, liberdade e justiça, como também apresentar um vasto conjunto de ideias capazes de direcionar o Brasil rumo a um futuro desejável. É o que Ciro Gomes chama de um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento – ele segue a linha de pensadores do nacional-desenvolvimentismo, de que, para superar o atraso e a desigualdade, não basta crescimento econômico: é necessário criar condições para promover a justiça social, reparar dívidas históricas com o próprio povo, gerar oportunidades menos desiguais e, ao mesmo tempo, garantir dinamismo a este gigantesco mercado interno chamado Brasil.

SUMÁRIO

Sobre o Autor	2
Sobre o Livro	2
1 UMA NAÇÃO ADIADA	5
1.1 Um incrível exemplo de desenvolvimento	5
1.2 Um pouco de história	5
1.3 Brasil: um sonho interrompido	6
2 AS RAÍZES DA CRISE ECONÔMICA	7
2.1 Prometeu acorrentado	7
2.2 Inflação Derrotada	7
2.3 O novo rentismo	8
2.4 O populismo Cambial	9
2.5 A queda do preço das commodities	9
2.6 Efeito Lava-jato	10
2.7 Democracia golpeada	10
2.8 De novo a devastação do neoliberalismo	11
3 O NOVO CONTEXTO GEOPOLÍTICO	11
3.1 A falência da proposta liberal	12
3.2 Novos padrões de espionagem e desestabilização	13
3.3 O Brasil e a América Latina	14
3.4 O Brasil e os EUA	14
3.5 O BRICS	15
3.6 O Brasil e o Mundo	15
4 UM PROJETO PARA O BRASIL	16
4.1 Há condições necessárias ao êxito civilizatório?	16
4.2 Conceito de “projeto nacional de desenvolvimento”	17

4.3	O brasil que queremos	17
4.4	O brasil que temos	17
4.5	O que fazer agora?	18
4.6	O que fazer para o futuro: um projeto nacional	19
4.7	Uma reforma da previdência justa	19
4.8	A reforma tributária necessária	21
4.9	Uma nova política industrial	21
4.10	Ciência e tecnologia para o desenvolvimento	22
4.11	Uma revolução educacional	23
4.12	A cultura e sua dimensão educacional econômica.....	23
4.13	Brasil, o celeiro do mundo	24
4.14	Não podemos escolher entre produzir e preservar	24
5	UMA NOVA AGENDA DE REFORMAS.....	24
5.1	Reverter a agenda das contrarreformas.....	24
5.2	A reforma política	25
5.3	A reforma da saúde	26
5.4	A reforma da segurança pública	27
5.5	Que base social pode sustentar um projeto soberano?	28
6	POR UMA NOVA ESQUERDA.....	29
6.1	Há ainda sentido em falar de esquerda e direita?	30
6.2	A crise da esquerda contemporânea	31
6.3	A crise da esquerda brasileira	34
6.4	Procurando entender a crise do PT	34
6.5	Para onde ir?	35
6.6	Por um progressismo genuinamente brasileiro.....	38
7	REFERÊNCIA.....	39

1 UMA NAÇÃO ADIADA

1.1 Um incrível exemplo de desenvolvimento

No primeiro capítulo, da obra “Projeto Nacional: o dever da esperança” do autor cearense Ciro Gomes, tem - se a apresentação de aspectos históricos pertinentes ao processo de industrialização no Brasil. O autor busca elucidar, de forma sucinta, como se deu o processo em que o Brasil deixou de ser uma país majoritariamente agrário para ser um país de índices notáveis e semelhantes a potências como Japão e Taiwan, como um resultado do processo de industrialização que foi preponderante e engajado entre os anos de 1932 e 1980.

Desse modo, o autor inicia o capítulo em um tópico que trata de elucidar o grande exemplo que o Brasil foi quando buscou planejar a sua industrialização. O autor traz as estatísticas incomparáveis que foram alcançadas nos meados do século XX, por exemplo, o crescimento anual do produto per capita de 2,5%. Além disso, Ciro elucida que, no início do século XX, o Brasil ainda era considerado um país agrário marcado preponderantemente pelo regime escravocrata, monocultura de café e cana de açúcar e, ainda, uma forte carência industrial. Esse cenário deletério fez surgir no país um movimento planejado, buscando induzir a industrialização.

1.2 Um pouco de história

Sob essa ótica, o segundo tópico do capítulo versa sobre o processo histórico e político que foi instaurado no Brasil, a fim de alcançar índices notáveis de industrialização no país. Ciro elucida que, em 1932, com a chegada de Getúlio Vargas à presidência, o Brasil começou a ser palco de um intenso processo de planejamento de industrialização e defesa dos interesses nacionais. Vargas teve um papel de protagonismo e foi um grande catalisador, conforme Ciro Gomes afirmou, no salto industrial brasileiro. A consolidação de Getúlio no poder rompeu uma forte política que predominava no Brasil, a política do café com leite, que buscava deixar o País dependente da agropecuária. Segundo o autor, nessa época, o capital privado era pequeno e advinha da produção agrícola, era conservador e temia inovações da modernidade, portanto, além de não ter condição, não tinha interesse, por parte da população, em conquistar a industrialização.

Diante desse cenário inerte, Vargas tomou medidas como a arrecadação de impostos, emissão de moeda, os empréstimos externos e a posição estratégica e benéfica do Brasil na 2ª GM, buscando insumos para a criação de indústria de base, de energia e infraestrutura, conforme assinalado pelo autor. Com essas medidas, surgiu, então, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Após alguns anos de iniciado o projeto de industrialização brasileira, surgiram alguns impasses para a continuidade deste plano, como a precariedade de transporte, energia e petróleo. O autor reitera ainda a insistência de Vargas na emancipação econômica brasileira, fazendo com que o presidente vigente da época criasse a Petrobrás, a Eletrobrás e o BNDES.

Após ilustrar a participação de Vargas no poder, Ciro destaca as medidas tomadas por Juscelino Kubitschek com o seu Plano de Metas e o slogan de fazer o Brasil avançar 50 anos em 5. O Plano de Metas foi o projeto responsável por investir, majoritariamente, em transporte e energia.

Logo em seguida o autor traz as mudanças trazidas pelo governo de João Goulart, como a fundação da Universidade de Brasília e a Lei de Remessas de Lucro, lei na qual buscava solucionar a questão da balança de pagamentos e a disposição de dólares.

Em 1964 foi instaurada uma era ditatorial, o autor aborda e pontua as benfeitorias econômicas neste período que, apesar de bastante caótico e dramático para a sociedade, teve períodos de avanços econômicos. Ciro destaca o “Milagre Econômico”, que conforme assinala o ministro da Economia da época, Delfim Netto, não foi um milagre, mas sim o resultado de um trabalho duro e planejado do governo e dos brasileiros. A obra do autor, ainda traz dados extraordinários que afirmam que entre os anos de 1964 e 1972 o Brasil cresceu 10,7% em média ao ano. No entanto, Ciro aproveita a oportunidade para lembrar a importância da liberdade e da justiça social, pois afirma que de nada adianta o crescimento econômico com censura, desigualdade e crueldade, marcas da ditadura.

Por fim, Ciro ainda traz a ideia de que a maioria das agendas que estavam inclusas nos planos de reforma de base, elaborados por alguns presidentes na época do forte desenvolvimento do Brasil, tornaram-se parte da Constituição Federal de 1988, tamanha pertinência dessas medidas.

1.3 Brasil: um sonho interrompido

Em sua obra analisada no presente trabalho, Ciro explicita, posicionando-se a favor, da ideia do professor Celso Furtado que esclarece que os anos pós ditadura não seriam de bons prognósticos ao país, uma vez que o projeto de desenvolvimento fundamentado na industrialização e expansão do mercado interno encontrariam barreiras na globalização e no neoliberalismo. O autor explicita que a forma como se deu o processo de industrialização do Brasil, baseado preponderantemente nos fluxos internacionais de capitais de longo prazo e baratos, não conseguiria sustentar fortes alicerces, tornando, assim, a economia vulnerável e bastante instável, prejudicando, portanto, o seu desenvolvimento.

Além disso, Ciro destacou a forma errônea como os militares relacionaram a economia brasileiro com os interesses estadunidenses, pois no momento em que o Brasil estava se desenvolvendo e se tornando uma ameaça para os EUA, os americanos reagiram com juros altíssimos.

Nesse íterim, Ciro constatou que não há outra forma do país se desenvolver se não for pela sua soberania, produzindo insumos próprios, como tecnologia própria, sistema de defesa forte e, principalmente, poupança interna. Desde esse freio desenvolvimentista brasileiro, a economia do país nunca mais cresceu como havia crescido nos anos anteriores, tendo somente eventuais avanços.

Sob o viés social, o autor salientou, ainda, as desigualdades sociais intensificadas no período ditatorial, pois, diferentemente de Vargas que junto com o projeto de desenvolvimento econômico investiu em políticas sociais, os militares não buscaram contemporizar esses dois objetivos, aumentando, assim, a concentração de renda. Por fim, o cearense afirma que um problema crônico é difícil solução é a educação, responsável por limitar o desenvolvimento do país em diversas searas.

2 AS RAÍZES DA CRISE ECONÔMICA

2.1 Prometeu acorrentado

Nesse tópico, Ciro começa comentando acerca da crise da dívida dos anos 80, a qual foi um momento marcante para a economia brasileira, visto que finalizou 50 anos de crescimento econômico (1930-1980). Nesse sentido, ele chega até a comparar essa crise com uma das raízes longínquas para a atual crise que estamos vivenciando.

Sob esse viés, para tornar ainda mais nítido o quanto a nossa economia decaiu nos últimos anos, Ciro faz um comparativo entre a nossa economia e a economia chinesa, o qual mostra que em 1980 o Brasil era três vezes mais que a China, já em 2016 o PIB chinês ultrapassou o brasileiro, demonstrando o quanto o nosso país está ficando para trás frente as economias mundiais.

Em contrapartida, ele destaca que nos últimos 38 anos tivemos três períodos de crescimento relativo: momentos do Governo José Sarney, o Governo Itamar Franco (somado ao primeiro ano de FHC) e o Governo Lula. Nesses três períodos, houve um crescimento insustentável movido por ciclos de consumo que não perduraram por tanto tempo devido à contínua desindustrialização. O autor defende que isso se deve a três razões: **Estrangulamento do passivo das empresas privadas:** possuímos um dos juros mais altos do mundo, o que torna insustentável para a maioria das trezentas maiores empresas brasileiras arcar com as dívidas bancárias; **Colapso das finanças públicas:** Há um descontrole da dívida pública acompanhado por altos juros, o que compromete ainda mais a arrecadação; **Ausência de um projeto nacional:** O fracasso do resultado da ideologia neoliberal no Brasil, associado ao desmantelamento de parte da máquina estatal, em virtude do pagamento de dívidas públicas, e da ausência de um investimento privado significativo, tornaram o país cada vez mais estagnado

2.2 Inflação Derrotada

A primeira adversidade resultada da crise da dívida foi o descontrole inflacionário da nossa moeda, que de 1981 a 1994 corroeu o cotidiano de grande parte dos brasileiros, aumentando ainda mais os abismos sociais. Nessa perspectiva, é preciso destacar que a inflação teve uma lógica peculiar no contexto brasileiro, visto que sustentá-la era algo benéfico a elite, por causa da correção monetária.

Isso auxilia a compreensão da razão pela qual a nossa inflação se tornou a “**moeda dos ricos**” e se manteve acima dos 20% durante três décadas sem nenhum tipo de intervencionismo, aparente, para resolver a questão.

Ademais, Ciro destaca a sua partição no governo de Itamar Franco, que tomou posse após o impeachment de Collor, e foi responsável por alguns planos econômicos, sendo o principal deles o Plano Real, no qual Ciro corroborou na administração desse. Nesse sentido, após uma série de medidas que tornaram, por exemplo, o preço de uma gama de mercadorias importadas mais baratas aos consumidores e o escape de uma crise bancária por meio de uma alta de juros nos primeiros meses, garantiram uma transição menos brusca e mais segura. Diante de todas essas decisões, a superinflação foi derrotada naquele momento. Contudo, após a queda da “moeda dos ricos”, a elite brasileira logo encontrou novos meios para se beneficiar: a alta dos juros. Assim, se inicia o vício da elite: o rentismo (Extrair parte da renda da população em benefício dos mais ricos).

2.3 O novo rentismo

Durante os dois anos iniciais do Plano Real, houve um súbito crescimento do poder de compra pela população, criando uma espécie de bolha de consumo, o que garantiu a estima de FHC no começo de seu governo. No entanto, isso gerou um aumento drástico das importações para atender as demandas e, assim, houve uma necessidade maior do dólar, que disparou. Isso atraiu a “desculpa” perfeita para o sistema financeiro e a elite que desejam manter os juros altos, e assim, se favorecerem, por exemplo, dos ganhos com a dívida do país por meio da atração dos dólares.

Ademais, vale ressaltar a decepção de Ciro durante o governo de FHC, período no qual o PSDB (partido que ele ajudara a criar) e o Plano Real (plano que ele ajudara a consolidar) se corromperam. Nesse contexto, ele chega a utilizar uma metáfora para explicar a problemática envolvida naquele momento, na qual afirma que assim como em uma doença, FHC experimentou o fim da febre (inflação), mas não procurou tratar da origem da enfermidade, que nesse caso era o colapso do modelo econômico. A partir desse momento, Ciro começa a relatar o seu afastamento breve da vida pública, e posteriormente, o seu envolvimento ativo em denúncias contra o governo FHC, visto a manipulação do Plano Real com potencial de corroer as contas públicas e a economia industrial.

Nessa perspectiva, ocorreu tudo conforme Ciro temia. Naquela época, a estabilização continuava sustentada sob juros exorbitantes e câmbio sobrevalorizado (vícios da elite que permanecem até hoje), o que corroborou para a devastação da nossa indústria e das contas públicas, sendo que as privatizações não serviram ao objetivo de modernizar o país, mas, ao contrário, correspondeu a uma entrega “criminosa” do nosso patrimônio nacional, praticamente uma doação.

Seguindo essa lógica, Ciro deixa claro por meio de vários exemplos o quanto o governo FHC quebrou o país, e, ao mesmo tempo, ajudou a consolidar o poder de uma **plutocracia rentista** que comandava o sistema político brasileiro. Esse cenário não muda, mesmo quando Lula assume o governo, se submetendo a esse modelo.

2.4 O populismo Cambial

Ciro começa este tópico afirmando a importância do seu papel no começo do governo Lula, que o convidou para assumir o cargo de Ministro da Integração Nacional, no qual ele iria orientar a concretude da transposição do rio São Francisco. E assim, o fez, assumindo o cargo e tarefa, a qual foi bem-sucedida.

Logo em seguida, Ciro comenta a problemática envolvida no governo Lula, este que começou com uma queda de juros firme, que gerou consecutivos **superávits primários** (quando arrecadação do governo é maior que os gastos) diminuindo, assim, a relação dívida líquida/PIB para 38,48% no final do ano de 2010. Em contrapartida, o **rentismo** e os processos de **privatizações** e **desindustrialização** continuaram, sem o intervencionismo do governo.

Apesar disso, Lula conseguiu se desviar da estagnação econômica, iniciada em meados dos anos de 1980, como das possíveis consequências drásticas da crise de 2008. Isso aconteceu porque Lula soube aproveitar bem as oportunidades do contexto que estava inserido, o que pode ser ilustrado por dois fatores:

1) Sensação de enriquecimento maior e progresso do PIB, visto o aumento da bolha de consumo causada pela valorização do real frente ao dólar, entrada de um grande volume de dólar no país com o valor das commodities e a compra de bônus da dívida pública. Porém, ao mesmo tempo, houve diminuição da competitividade industrial brasileira.

2) A alta do preço das commodities (minério de ferro, petróleo, grãos) no mercado global, ajudou a disfarçar por um período o grande déficit das contas públicas.

Além disso, vale ressaltar que, Lula conseguiu ter êxito no enfrentamento à crise de 2008, porque soube dar um choque de crédito governamental, quando o capital do mercado recuou, suprindo, assim, a sua necessidade imediata.

2.5 A queda do preço das commodities

O governo Lula chegou ao fim, e, assim, se inicia o governo Dilma no embalo das consequências da crise econômica de 2008, com uma nítida estagnação mundial e uma tentativa do governo de melhorar a competitividade industrial, por meio de uma série de ações, como: demissão de alguns funcionários da diretoria da Petrobras, diminuição da taxa básica de juros até a Selic, pressão à esfera bancária para diminuir o *spread* com os créditos mais baratos oferecidos pelos bancos públicos e imposição a prestadoras de energia a reduzirem suas tarifas.

No entanto, essas tentativas não foram suficientes para enfrentar o contexto difícil de recessão mundial, além da insatisfação popular, midiática e da classe rentista. Diante disso, houve a volta da alta dos juros, agravando o desequilíbrio fiscal, e, ao mesmo tempo, uma desindustrialização crescente visualizada na queda da participação da no PIB, prejudicial para o fortalecimento da economia.

Ademais, outros acontecimentos pesaram negativamente à tentativa de escapar da estagnação, tais como: impactos danosos à economia pela operação Lava Jato, pelas desonerações e pela deterioração dos superávits primários, além da queda dos preços das commodities e da alta do dólar.

Foi nesse cenário caótico e que gerou muitas insatisfações e protestos, que ocorreu o **golpe** contra a presidente Dilma, no qual participaram parlamentares inconformados com os rumos da operação Lava Jato e da situação econômica do país. Eles observaram a impopularidade de Dilma e agravaram a sua ingovernabilidade, organizando um golpe de estado em formato de impeachment.

2.6 Efeito Lava-jato

Nesse tópico, Ciro comenta como a operação Lava Jato tornou nítida a **corrupção** entre a plutocracia que controlava o país, e como isso representou um desrespeito à nação brasileira e seus valores. E justamente pela sua dimensão como operação, ela deveria ter tido um senso maior de responsabilidade acerca de seus efeitos, o que não ocorreu.

Dessa maneira, as consequências da operação Lava Jato tomaram rumos nefastos ao país, tais quais: abalou as estruturas de algumas cadeias industriais, em especial a de petróleo, engenharia civil e a indústria naval; certas informações recolhidas pela operação podem ter sido usadas por serviços de inteligência estrangeiros interessados em dismantelar algumas cadeias produtivas brasileiras; “criminalização” da atividade política (concepção ainda mais impulsionada pela manipulação midiática); aumento da descrença da população no sistema político brasileiro.

Apesar disso tudo, Ciro relembra nesse tópico, que a corrupção não é a causa do estrago econômico do país, mas, sim, a desindustrialização e o vazamento dos nossos recursos para os juros da dívida interna.

2.7 Democracia golpeada

Houve uma grave crise política após o **impeachment** que retirou a presidente Dilma do poder. Para Ciro, é nítido que houve um **golpe** nessa ação, visto a hipocrisia e a incoerência do Congresso Nacional que julgou a presidente por pedaladas fiscais (aparente motivo para a abertura do impeachment) e dois dias depois tornou-as legais. Nesse sentido, Ciro julga que houve três principais interesses que possibilitaram esse golpe:

- 1) O sindicato dos corruptos que queriam se livrar da operação Lava Jato e da prisão;
- 2) A oligarquia rentista que queria garantir a criação de excedentes para pagar os juros, por meio do auxílio da mídia e dos bancos;
- 3) Interesse norte-americano, que, se utilizando de espionagem, visavam diminuir a soberania nacional brasileira.

2.8 De novo a devastação do neoliberalismo

De fato, em 2015 o PT aplicou a prescrição do neoliberalismo, agravando ainda mais a situação econômica do país. Nesse contexto, isso pode ser ilustrado por algumas decisões que foram tomadas por Dilma para enfrentar o grande déficit público, que a mídia tanto escancarava, tais como: choque de juros e de tarifas públicas, além da nomeação de Joaquim Levy para ministro da Fazenda, este que reduziu os investimentos e manteve os juros reais mais altos do mundo, corroborando para o colapso das contas públicas em 2015.

Em 2016, tentaram corrigir o rombo fiscal, que foi movido pela queda de receita estatal, cortando ainda mais os investimentos estatais. No entanto, isso ocasionou um descontrole ainda maior da dívida pública. Nesse ponto, Ciro comenta como a sonegação e os juros arruinaram as contas públicas, e assim, o colapso da economia brasileira foi se agravando com o passar do tempo, ao contrário do que a mídia pregava. Para ilustrar esse fato, Ciro compara o déficit do governo central de 2014 que era de 17 bilhões com o período de março de 2018 que era R\$ 25,53 bilhões superior ao de 2014.

Partindo dessa lógica, percebe-se que o governo Temer foi um verdadeiro desastre fiscal, no qual houve um enorme déficit público, agravado pela rápida devastação das contas da Previdência frente ao desemprego à informalidade progressivos.

Nesse sentido, a **reforma trabalhista** apareceu para dificultar ainda mais esse panorama, visto que serviu para impulsionar a extinção crescente do trabalho formal tradicional e a criação de postos de trabalho que não necessariamente contribuem com a Previdência, provocando ainda mais a degradação das contas públicas.

Dessa maneira, após tantos **desastres econômicos**, a pobreza e a miséria voltam a tomar conta do país de forma assustadora, o que pode ser exemplificado na relação dos dados de 2017, no qual 1,5 milhões de brasileiros viviam na extrema pobreza, com os de 2018, onde 14,8 milhões já viviam na mesma situação. Concomitantemente a esse cenário de concentração de renda, há o aumento da violência de forma generalizada pelo Estado brasileiro. Sob essa ótica, é sabido que a violência pode ter várias causas, porém alguns fatores impulsionados pela situação econômica e governamental do país -agravados no governo Temer- podem ajudar na compreensão desse fenômeno, tais quais: miséria, sensação de impunidade e de injustiça, descrença nas autoridades, desconfiança para com os governantes e a desigualdade.

3 O NOVO CONTEXTO GEOPOLÍTICO

Logo no início deste capítulo, o autor atenta para uma peculiaridade comum aos habitantes de países com grandes populações ou extensões territoriais: a alienação quanto à relevância da maneira como seus países influenciam e são influenciados no contexto mundial. Nesse sentido, tendo em vista que o Brasil se enquadra nessa situação, Ciro afirma que é necessário estimular o povo a entender que, para se buscar o desenvolvimento, o país deve se portar adequadamente no contexto geopolítico.

É importante ressaltar, contudo, que não é do interesse dos países industrializados o progresso tecnológico e industrial do Brasil, uma vez que cada nação tem por desígnio amplificar o seu poder, seu lucro e sua influência, bem como reduzir suas vulnerabilidades. Logo, o autor concebe que toda nação deve estar preparada para frustrar quaisquer planos de desestruturação e sabotagem que países estrangeiros tenham ao seu desenvolvimento e, no caso brasileiro, os mecanismos a serem utilizados são um conjunto formado por: um projeto nacional, diplomacia soberana, investimento próprio, vontade política, força militar e um aparato de contrainteligência.

Ainda, com essa busca por poder e mercado, surgem os conflitos de interesses e é nesse contexto, então, que Ciro percebe uma oportunidade para o Brasil, país economicamente limitado e de tradição pacífica, prospectar acordos e possibilitar avanços. Para ilustrar, Gomes cita o caso de quando Getúlio Vargas empreendeu negociação com os Estados Unidos e, com isso, conseguiu recursos e tecnologia para desenvolver a siderurgia no país. São esses acordos, assim, que o autor entende como o caminho a ser trilhado para se concretizar o plano nacional de desenvolvimento do Brasil.

3.1 A falência da proposta liberal

Com a Terceira Revolução Industrial, houve uma revolução no sistema produtivo do capitalismo mundial e, dessa forma, aceleraram-se as comunicações e os transportes, o comércio e o trânsito de capitais. Foi nesse contexto que surgiu e se disseminou a corrente do neoliberalismo, promovendo a ideia da globalização como motor da modernidade e do progresso sendo, assim, imprescindível a quebra dos impedimentos estabelecidos pelos Estados, bem como a abertura indiscriminada dos mercados periféricos aos produtos manufaturados e à especulação financeira.

Desse modo, Ciro entende que o neoliberalismo propõe a redução do papel dos governos nacionais a uma mera função administrativa de serviços públicos, além de agir apenas de modo a realizar programas de renda mínima e a preservar os interesses do capital financeiro internacional, renunciando, assim, a possibilidade de investir diretamente e de coordenar a economia.

O autor indica, contudo, que tais propostas neoliberais apresentam dois principais problemas, sendo o primeiro o fato de que parte-se da errônea premissa de que o investidor privado trará mais produtividade por competir mais ou, ainda, que ele vai “resolver enfrentar sem ajuste cambial ou alfandegário as empresas estrangeiras que estão na ponta tecnológica, que possuem crédito a juros negativos e escala maior”, como cita Ciro. O segundo problema, por sua vez, é que os países nunca estão em posição confortável para permitir o fechamento de suas indústrias por elas não poderem competir em posição de igualdade com a produção de empresas de países desenvolvidos.

É por isso, então, que o autor defende que deve-se chegar ao que ele indica como um ponto ótimo cambial e alfandegário, não abrindo ou fechando indiscriminadamente o país, organizando, assim, a política industrial e o comércio exterior, conduta fundamental para um Projeto Nacional de Desenvolvimento. O país passa, dessa forma, a exportar todo o excedente de

sua produção de maneira competitiva visando financiar a importação de bens que não produz, além de buscar o aumento da produtividade e, também, se tornar produtor daquilo que não tem meios para importar.

Em seguida, o autor evidencia que a defesa do livre-comércio pelos países desenvolvidos é apenas quando ganham produtividade e se for vantajoso para eles, uma vez que, quando perdem produtividade ou não veem benefícios, defendem o protecionismo. Posto isso, Ciro começa a analisar as diferenças competitivas entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, citando o custo de capital, a diferença tecnológica e a escala como os três pontos essenciais a se organizar para a competitividade e, assim, um defeito em pelo menos um desses quesitos representa uma desvantagem em relação à concorrência, estando o Brasil com carências nos três.

É com base nisso que Ciro Gomes afirma que, no caso brasileiro, a abertura indiscriminada do país levará a um alto índice de desemprego, a redução da renda nacional e o colapso da indústria nacional, o que, todavia, não significa que se deva retornar ao antigo modelo nacional-desenvolvimentista.

Assim, como o próprio título do tópico evidencia, o autor menciona a primeira década do século XXI como um marco do declínio e decadência da prática neoliberal de desregulamentação do mercado, tendo, por consequência, a segunda maior crise da história do capitalismo, a chamada crise do *subprime*. Tal situação teve início com a queda da bolsa de Nova York, em 2007, em decorrência da explosão da bolha de concessão de empréstimos hipotecários de alto risco.

3.2 Novos padrões de espionagem e desestabilização

Neste tópico, aborda-se os novos panoramas do ramo da espionagem advindos dos avanços tecnológicos, nomeadamente do advento das redes sociais, sites de serviços e aplicativos de celular, os quais permitem armazenar uma grande quantidade de dados. É nesse contexto que o autor menciona a atual “guerra híbrida”, em que os ciberataques e a propagação de fake news se tornaram comuns, utilizados pelas potências cibernéticas mundiais como forma de explorar as vulnerabilidades políticas de determinado país, desestabilizando, assim, sua economia e seu governo, como nos casos da eleição de Donald Trump e das eleições brasileiras de 2018.

Soma-se a isso a espionagem executada por hackers, contratados por serviços de inteligência das grandes potências ou por importantes corporações, de modo a se apropriar de confidencialidades industriais, comerciais e governamentais, como a infiltração ocorrida na Petrobras e no governo federal.

É por essas razões que Ciro defende que o poder público brasileiro deve estabelecer a criação de mecanismos de contrainteligência, com o fito de proteger os interesses nacionais, a indústria e a sociedade, tendo em vista o atual cenário de vulnerabilidade explicitado pelo caso dos documentos revelados por Edward Snowden em 2013.

Ademais, o autor menciona o caso de conflito entre Estados Unidos e China pelo domínio da plataforma 5G, a qual, aparentemente, não passa de uma guerra comercial, mas que possui raízes mais profundas, representando uma disputa pela administração dos dados mundiais, uma vez que quem detiver o comando dessa nova tecnologia poderá ter acesso a uma grande quantidade de dados.

3.3 O Brasil e a América Latina

Quanto à América Latina, Ciro percebe que essa região, o Brasil incluso, está, atualmente, regredindo à sua antiga posição de mera exportadora de matérias-primas aos países desenvolvidos, os quais são os únicos beneficiários dessa situação. A saída, segundo o autor, é por meio de uma integração maior entre esses países, valendo-se plenamente das vantagens comparativas de suas economias e da proximidade geográfica, resultando, assim, no fortalecimento da região ao defender sua soberania.

Posto isso, o autor concebe que as nações latino-americanas possuem dois pontos principais a superar: a histórica dominação de oligarquias locais e as desconfianças mútuas entre as nações. Este último, inclusive, representa um desafio importante para o Brasil, visto que a sua imagem projetada nos países vizinhos não era agradável.

Nesse sentido, projetos como o Mercosul, do qual o autor diz que teve “a honra de ajudar na consolidação”, simbolizou um passo importante na mudança de ótica dos demais países latino-americanos em relação ao Brasil. Ciro ressalta, entretanto, que, a partir de posturas e declarações recentes, como a ameaça de guerra contra a Venezuela, podem representar um retrocesso nesse quesito, devendo o Brasil urgentemente voltar a sua conduta tradicionalmente pacífica, atuando como mediador e não como meio utilizado para defender interesses de outros países.

Somado a isso, o autor compreende que cabe ao Brasil incentivar iniciativas envolvendo a melhoria da infraestrutura na região, tanto relativos aos transportes como aos gasodutos, citando, por exemplo, o Corredor Bioceânico e o Anel Energético Sul-Americano.

3.4 O Brasil e os EUA

Ao longo deste tópico, Ciro tece diversas críticas a condutas recentes das últimas gestões do executivo federal brasileiro no que concerne ao trato com os Estados Unidos. Com efeito, ele alude à omissão do governo de Michel Temer em reagir às tratativas dos governos argentino e norte-americano para a instalação de uma base deste último na tríplice fronteira, bem como à autorização do mesmo governo Temer à prática de exercícios militares conjuntos na Amazônia e ao uso da Base de Alcântara pelos EUA, o que gerou desconforto e inquietação em toda a região.

Apesar disso, o Governo Bolsonaro é o maior alvo das críticas do autor nesta parte do livro, uma vez que ele compreende que as suas políticas culminaram na subordinação do país aos interesses norte-americanos, no que

ele define como um “patamar inédito de humilhação internacional”. De modo a ilustrar, ele aponta o consentimento à utilização da base de Alcântara, ao incremento das importações de derivados, bem como à importação de etanol subsidiado, contrariando os interesses do setor sucroalcooleiro nacional, tudo isso sem receber nenhuma contrapartida dos Estados Unidos.

Posto isso, ele afirma que essas decisões provocam a destruição de empregos no Brasil, além de financiar empregos nos EUA, agindo de maneira contrária ao desenvolvimento e aos interesses nacionais. É com base nisso que Ciro brinca que, se não fosse terrivelmente grave, diria que Trump busca proteger os interesses dos Estados Unidos, e o Bolsonaro também.

Assim, o autor declara que a postura adequada e que deve ser seguida pelos governos brasileiros é a de cooperação, e não subordinação, seguindo a tradição diplomática pacífica e de boas relações com as nações vizinhas. Deve-se, então, “construir uma relação bilateral que afirme nossos interesses, independência e soberania.”

3.5 O BRICS

Agrupamento formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o BRICS é concebido pelo autor como um esforço de mudar o cenário unipolar da geopolítica global depois da queda da União Soviética, transformando-o, assim, em um panorama multipolar sem, contudo, estar preso ao desenho regulatório das instituições estabelecidos em Bretton Woods.

Dentre os benefícios que o Brasil pode extrair desse grupo, Ciro cita que o país pode, independentemente da divergência de interesses e ideais políticos, possibilitar a sua reindustrialização, assim como barganhar um regime de preferências comerciais industriais e transferências tecnológicas sensíveis. Somado a isso, o autor considera como uma grande vantagem a criação do Banco dos Brics, o qual pode servir como uma estrutura de financiamento que não tenha relação com FMI ou o Banco Mundial, mas que, desafortunadamente, foi frustrado pelos governos Temer e Bolsonaro.

3.6 O Brasil e o Mundo

Por fim, Ciro se vale do último tópico para apresentar as suas concepções sobre o que deve ser feito pelas gestões do executivo brasileiro no contexto geopolítico, de modo a aperfeiçoar suas relações internacionais. Em primeiro lugar, o país deve buscar retornar à sua condição de agente pacífico na resposta a conflitos, respeitando a autodeterminação dos povos e não intervindo em assuntos domésticos alheios. Em segundo lugar, o governo deve agir em prol de um regime de preferências comerciais e transferências tecnológicas para, desse modo, possibilitar a reindustrialização e a renovação tecnológica do Brasil, além de buscar um aparato que viabilize financiamentos sem que seja necessário se sujeitar ao Banco Interamericano, o FMI ou o Banco Mundial.

Ademais, a união com países latino-americanos e o Brics são apontados como as iniciativas mais vantajosas e promissoras, ainda que se deva permanecer sempre alerta a possíveis ambições imperialistas de quaisquer

países, fazendo-se necessário, então, um serviço de contrainteligência brasileira.

O autor completa afirmando que ao Brasil só interessa uma via própria, não sendo do interesse, objetivo e proveito do país se inserir em conflitos que não o diz respeito, como aquele entre Estados Unidos e China ou entre Israel e diversos países árabes. Por fim, torna-se imprescindível o controle da utilização das novas tecnologias com o fito de frustrar tentativas de espionagem e sabotagem, bem como combater o fluxo internacional de capital ilegal, de forma a favorecer a estabilidade econômica e a política.

4 UM PROJETO PARA O BRASIL

Ciro afirma que percorreu todo o Brasil conversando com academia, trabalhadores, associações de produtores e outras organizações para debater os problemas do Brasil e as suas soluções, buscando aperfeiçoar o projeto que ele já estava formulando, tende esse dois objetivos: dar aos brasileiros uma visão clara de como o País tem jeito e oferecer esse conjunto de ideias aos atuais tomadores de decisão, com os quais estabelecemos o critério programático que orientará nossa atuação política diante deste governo. Nesse contexto, o autor ainda afirma: “Somos oposição a isso que está aí, ou seja, ao governo vigente em 2020.”

4.1 Há condições necessárias ao êxito civilizatório?

O autor do livro passou um período da sua vida estudando em Harvard, e lá analisou dados para o alcance do desenvolvimento econômico e social no Brasil e encontrou três métricas.

A primeira é o alto nível de formação bruta de capital, de modo que o crédito cíclico não é o fator que mede o desenvolvimento de um país, mas sim a taxa interna de poupança, que é a maneira de sustentar os próprios recursos, crescer e se modernizar, é o quanto sobra entre o que o país produziu e o que consumiu. Para efeitos de análise, há nessa taxa a influencia de como cada país organiza seu sistema de impostos, seu sistema de Previdência, seu mercado de capitais, ou como suas instituições estabelecem ou não conexões entre a poupança de longo prazo da sociedade e o investimento de longo prazo.

A segunda é a coordenação estratégica governo-empresariado-academia, um governo, forte e empoderado, com seus empreendedores e academia nacional possuem grande influência no desenvolvimento. Todavia, nada substitui um projeto nacional e é o Estado quem deve organizar as forças políticas, econômicas e acadêmicas, criando um contexto de superação dos desafios econômicos para atingir o desenvolvimento.

A terceira é o investimento em gente, pois o trabalho técnico, empreendimento, gestão, avanço científico e tecnológico são realizados por pessoas.

4.2 Conceito de “projeto nacional de desenvolvimento”

As palavras “projeto”, “nacional” e “desenvolvimento” formam a essência daquilo que produziu os grandes experimentos civilizatórios da humanidade e que se distancia do conceito neoliberal de desenvolvimento.

O “projeto” se resume a metas que possuem prazos, métodos de execução, supervisão, avaliação e controle, orçamentação e definição de fontes de recursos. De fato, no caso de um projeto nacional, precisa de um diagnóstico profundo da sociedade e só o Estado pode coordenar esse projeto, mas deve ser fruto de debate público. O “nacional” é utilizado para designar que não há um modelo universal, pois as condições relacionadas ao desenvolvimento da nação variam. No que diz respeito ao “desenvolvimento”, Ciro explica que trata-se da riqueza produzida pelo País, das condições, capacidades e habilidade do povo, tendo em vista que não abrange só o crescimento econômico, mas o humano social também.

4.3 O brasil que queremos

De fato, é importante destacar que Ciro menciona que as mudanças propostas pelo projeto não são simplesmente adotando o ideal social-democrata do seu partido, por exemplo, mas são buscando o que o povo brasileiro almeja que, de acordo com as pesquisas, é o Welfare state, ou seja, o Estado de bem-estar social moldado no modelo europeu. Nesse contexto, o Datafolha mostra que 76% dos brasileiros acha que o investimento do Estado é que deve ser o motor do desenvolvimento econômico, 90,5% dos brasileiros considera a distribuição de renda do país muito injusta e, além desses dados mencionados, outros também revelam o enquadramento com a mentalidade que busca o bem-estar social que acompanhe saúde e educação públicas e de qualidade, capacidade de planejamento e investimento na economia, uma distribuição mais justa da riqueza e uma sociedade civil mais rica, com uma economia baseada na livre-iniciativa, sendo os caminhos até esse propósito moldados de acordo com a realidade do Brasil.

4.4 O brasil que temos

A realidade do Brasil é muito diferente do cenário que é almejado para um bom desenvolvimento, tendo em vista a expressiva desigualdade e a proporção de gasto estatal deprimida em todos os serviços públicos. Nessa realidade, o País está entre os 10 (dez) mais desiguais do mundo, revelando um estado de concentração de renda na mão de poucos.

Ciro destaca que o discurso midiático do Estado é baseado em uma meia-verdade, uma vez que, a proporção de trabalhadores empregados no serviço público nos países da OCDE em 2013 no País foi de 21,3%, e a proporção do Brasil é de 12,11% e, além disso, a alegação de que apesar de poucos nossos funcionários públicos são caros também é parcialmente incorreta, pois no País o gasto com salários de servidores em 2013 foi de 4% do PIB, porcentagem menor do que a dos países da zona do euro. Ademais, sobre a questão que a propaganda liberal traz da falta de retorno do que é pago em impostos, deve-se ressaltar que os serviços públicos brasileiros estão além dos oferecidos por

países como Japão, Canadá e estados europeus, mesmo com o orçamento pobre que todo ano perde muito dinheiro para o pagamento de juros exorbitantes, por exemplo. Sendo assim, todos os gastos públicos, à exceção do serviço do pagamento da dívida, estão deprimidos.

4.5 O que fazer agora?

O autor comenta que desde o segundo governo da ex-presidente Dilma Rousseff são 13 mil indústrias fechadas, 5 milhões de pequenas empresas às portas da falência, 13 milhões de desempregados, 41,2 milhões de brasileiros, recorde histórico, empurrados para a informalidade, 63,5 milhões de brasileiros com o nome sujo no SPC e Serasa, 65% das famílias, recorde histórico, endividadas e mais de R\$1 trilhão e duzentos bilhões (recorde histórico) de endividamento empresarial, e o atual Governo de Jair Bolsonaro está no mesmo caminho, tendo em vista a estratégia de corte de investimentos públicos, congelamento de salários, eliminação de direitos e juros altos na ponta para os consumidores e as empresas, afetando principalmente a população média e pobre, sendo necessárias linhas de ações, e aqui Ciro cita quatro:

A primeira linha de ação é recuperar o consumo das famílias. Nesse contexto, quando vamos analisar o PIB é importante avaliar os principais fatores que levam ao crescimento pelo lado da demanda, ou seja, de quem consome o que é produzido pelo país, e o consumo dessa produção vem, em maior parte, das famílias do País, tendo a influência de três fatores: o emprego, a renda e o crédito. Ciro destaca nessa parte a questão do crédito, pois no período da publicação do livro, em 2020, havia, em média, 63 milhões de brasileiros endividados e com o nome no Sistema de Proteção ao Crédito e na Serasa, o que impede o reaquecimento da economia, sendo a sua proposta restituir gradualmente a capacidade de financiamento das classes média e baixa, com um programa de refinanciamento governamental por meio de renegociação de dívidas e abertura de linhas de financiamento, de modo que as pessoas conseguissem parcelar os saldos que devem com desconto.

A segunda linha de ação é consolidar o passivo privado, uma vez que o investimento privado é puxado pela expansão do consumo e o endividamento empresarial é o maior da história, passando de R\$1,2 trilhão o volume dessa dívida na iminência de inadimplir. Ademais, destaca-se que o Brasil concentra 85% dessas transações financeiras em cinco bancos, tendo essa crise grande influência no sistema bancário. A proposta de Ciro é transferir cerca de US\$50 bilhões a US\$70 bilhões das reservas brasileiras no exterior (em cerca de US\$380 bilhões hoje), em vez de vender dólar barato para cevar a especulação, para um fundo soberano ou mesmo para capitalizar o Banco do Brics, criando uma linha de crédito para as empresas brasileiras e, com parte das reservas internacionais criar um grande programa de refinanciamento das empresas brasileiras, oferecendo um redesconto em que os devedores trocariam os juros altos e prazos curtos dos bancos privados nacionais por juros internacionais com prazos maiores. Nessa realidade, o programa de refinanciamento devolveria às grandes empresas brasileiras a capacidade de investimento e eliminaria o risco de uma crise bancária que desorganizaria dramaticamente nossa economia.

A terceira linha de ação é sanear as finanças públicas, sendo necessário ajustar as contas públicas de duas maneiras: aumentando receitas e diminuindo despesas. Deve-se investir em uma política fiscal transparente, com todos os gastos e receitas públicas debatidas pela sociedade. Uma das medidas que Ciro sugere é trazer os juros brasileiros abaixo da rentabilidade média dos negócios, uma taxa real de 2% hoje já estaria muito acima da média mundial, hoje negativa não podemos prescindir de um aumento de receita e, nesse cenário, voltando a crescer, a arrecadação voltará a subir, mas esse efeito não tem prazo imediato, sendo preciso também o aumento do investimento público para o crescimento. Nessa realidade, o autor propõe aumentar imediatamente o imposto sobre grandes heranças para 8% em todo o Brasil, criar uma alíquota de 35% do imposto de renda para pessoas físicas que ganham acima de R\$20 mil por mês e implantar um tributo progressivo sobre patrimônios superiores a R\$10 milhões com alíquotas de 0,5% a 1%, medida já prevista por lei, mas não aplicada, sendo preciso que a volta desse tributo seja acompanhada por uma revisão no imposto de renda da pessoa jurídica.

A quarta e última linha de ação é superar o desequilíbrio externo. De fato, quando há um mínimo crescimento no Brasil ocorre também um rombo nas contas em dólar, afetando o bolso de todos os brasileiros em virtude da inflação. Portanto, se quisermos retomar o crescimento em níveis suficientes para gerar os empregos e a renda de que precisamos, temos que reequilibrar as contas do nosso país em dólar e, para isso, há estratégias, como a de médio e longo prazos, que implanta uma política industrial e de comércio exterior explorando cadeias produtivas em que o Brasil tem potencial vantagem comparativa global e o País precisa se reindustrializar em direção a sua base primária e possibilidades tecnológicas.

4.6 O que fazer para o futuro: um projeto nacional

Ciro cita que as metas do seu projeto partem de duas premissas: as condições necessárias para o êxito civilizatório e o conjunto de conquistas que o projeto prevê, podendo as metas serem divididas em cinco grupos: Recuperação do Estado; Reforma tributária; Reindustrialização; Revolução educacional; Agregação de valor ao produto rural.

No que tange ao ponto de recuperar o Estado, o autor afirma que será preciso atacar diretamente as duas maiores contas do Orçamento da União: dívida pública e sua despesa de juros, e Previdência Social.

Sobre a racionalização da dívida pública, há uma necessidade imediata de diminuir despesas e aumentar receitas e, para isso, deve haver uma gestão da dívida pública com recursos do especulador estrangeiro e da plutocracia rentista nacional, recursos das poupanças, FGTS e fundos de pensão das brasileiras e dos brasileiros, por exemplo.

4.7 Uma reforma da previdência justa

A Previdência Social busca garantir uma vida digna às pessoas que perdem a capacidade física para o trabalho, sendo dever do Estado. No que tange a reforma na previdência, Ciro Gomes cita três motivos para a sua

necessidade: ajudar a garantir o equilíbrio fiscal do Estado ao longo do tempo, eliminar injustiças do sistema que criou ilhas de privilegiados sustentados pelo povo brasileiro e transformá-la de fonte de déficit em um poderoso instrumento de formação bruta de capital – poupança interna –, aumentando o potencial de investimento do país .

Nessa perspectiva, no Brasil temos três regimes de previdência, sendo o primeiro o regime geral do trabalhador do setor privado, o INSS, o segundo o regime próprio de previdência, de setores do funcionalismo público e o terceiro o regime complementar, que pode tanto estar nos planos de capitalização da iniciativa privada como nos fundos públicos, criado pelo PT. Os dois primeiros tipos são de repartição, de modo que os contribuintes de hoje repartem o pagamento do benefício para os aposentados com a confiança de que os contribuintes das próximas gerações farão o mesmo, porém esse regime não faz reservas para o futuro, ele recolhe hoje o que vai ser distribuído hoje, situação que pode ser problemática com a desproporção de contribuintes e aposentados. Por fim, o terceiro tipo de regime é o de capitalização, no qual o próprio trabalhador, enquanto pessoa ativa, que tem muitas vantagens, mas que pode ser instável. Sendo assim, a proposta de Ciro é integrar um único sistema misto.

De fato, quando é mencionado o déficit da reforma, é preciso saber que ele era muito menor do que o propagado, sendo o problema do suposto déficit que o governo e a mídia alegavam existir era causado pela Desvinculação de Receitas da União que permitia ao governo retirar 30% das receitas vinculadas à Seguridade Social para outras funções, ou seja, aquele dinheiro estava sendo desviado para outras finalidades. Ademais, os três seguintes problemas também eram grandes agravadores desse déficit: o problema da mudança do perfil etário da população, as aposentadorias rurais e as ilhas de 2% de privilegiados do sistema que consomem mais de um terço de seus recursos e o aumento do desemprego e da informalidade na crise, com a correspondente diminuição da base de contribuintes.

Sobre a proposta de Ciro, ele comenta que respeita quatro princípios: equalização das regras básicas entre profissões de igual tempo de preparação e risco de exercício, eliminando os privilégios previdenciários das Forças Armadas, do Legislativo e do Judiciário; previsão de um tempo de contribuição menor para as mulheres, já que a carga média de trabalho global delas é maior; respeitar diferenças regionais na expectativa de vida; e considerar características específicas presentes em algumas profissões, como tempo de preparação necessário para seu exercício e expectativa de vida em relação à insalubridade ou à periculosidade. Sendo assim, a proposta se resume a uma redefinição dos parâmetros de idade, tempo de contribuição, distinções específicas de profissão e região e teto de benefício capaz de ser sustentado pelo Estado.

Além disso, para a reestruturação do regime de previdência ele estabelece três pilares: renda mínima universal os que não puderam contribuir ou não contribuíram de modo adequado para a Previdência e, portanto, não podem continuar a ficar na conta do orçamento estrito da Previdência; sistema de repartição com regras únicas para todos, mas adicionando os regimes próprios dos servidores que ainda não estão incorporados a ele; capitalização.

4.8 A reforma tributária necessária

Nessa seção o autor cita uma pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Pnud, que diz que o Brasil é um paraíso tributário para os super-ricos, uma vez que os impostos sobre a sua renda são baixos, por isso ele sugere uma estrutura diferente de impostos, como irei descrever a seguir:

- (1) Imposto de Renda (IR): irá reduzir o conjunto de impostos sobre a renda a dois gerais, o de pessoa física e o de pessoa jurídica.
- (2) Imposto sobre Valor Agregado (IVA): consolidação dos diferentes impostos indiretos em um único imposto sobre valor agregado, com regras simples, fundindo os atuais tributos indiretos ICMS e ISS e acabando com a guerra fiscal entre os estados. Porém, haveria uma alíquota seletiva sobre bens e serviços que causem mal à saúde, tudo isso com o intuito de agravar a renda e desagravar o consumo e o emprego, aumentando o incentivo ao investimento.
- (3) Contribuição para o Financiamento da Seguridade e Previdência (Cofisp): substituir cinco tributos, PIS/Pasep, Cofins, CSLL, Cide e IPI por um, a Cofisp.
- (4) . Impostos sobre a propriedade: Os cinco impostos ITR (territorial rural), IPTU (predial e territorial urbano), IPVA (veículos), ITCMD (heranças e doações) e ITBI (transmissão de bem imóvel) seriam alterados em quatro pontos: transformação do IPVA em IPV, com abrangência para embarcações e aeronaves particulares, fusão do ITR e do IPTU no novo ITE, transmissão do ITCMD para a esfera municipal e regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas, sendo progressivo entre 0,5% e 1% para os patrimônios superiores a R\$10 milhões.

Sobre essas alterações, Ciro busca maior transparência, simplicidade e justiça do sistema de tributos para mostrar compromisso com o desenvolvimento do País.

4.9 Uma nova política industrial

Ciro Gomes reitera a necessidade do Brasil de investir e ampliar a produção nacional de produtos com alto valor agregado, visando não só substituir certas importações, como também ampliar a exportação, para assim desenvolver e promover saltos na economia brasileira. No entanto, mesmo propondo essas novas iniciativas, o autor não esquece de reafirmar a importância de investir na vocação brasileira, a agropecuária. Para alcançar essas medidas é proposto que todos os setores da sociedade se empenhem para traçar e concretizar uma nova política econômica desenvolvimentista. Segundo palavras de Ciro, será necessário, para isso, investimento e comando do Estado garantindo crédito, proteção alfandegária inicial e compras do governo para a segurança do empreendedorismo. Desse modo, a obra elucida que, para

dar início a este processo, é necessária estratégia para agregar valor àquilo que já exportamos, mas que ainda exportamos em estado bruto. Devemos, ainda, aproveitar as sofisticações que o país já possui e não entregar ao capital estrangeiro, como a Embraer.

Nessa perspectiva, Ciro propõe um novo projeto de política industrial e quatro áreas que devem ser priorizadas. A primeira consiste em um complexo industrial voltado ao petróleo, gás e bioenergia, pois ainda exportamos petróleo bruto e importamos os outros dois. O autor afirma ainda que no Brasil existe uma repleta mão de obra qualificada, plenamente capaz de atuar nestes setores, que pode não só eliminar a dependência do refino, como também desenvolver uma indústria petroquímica de alto valor agregado.

O segundo complexo, elucidado por Ciro, é o da indústria da saúde, pois há um elevado índice de importação de materiais brutos, além da maioria dos remédios e dos componentes químicos que o país importa estarem com as patentes vencidas. O desenvolvimento desse setor seria de grande importância, pois reduziria o custo do SUS, diminuiria os custos de medicamentos, geraria mais empregos e também o desenvolvimento de pesquisas.

O terceiro complexo abordado pelo político é o referente ao agronegócio que, apesar de ter um superávit na balança comercial brasileira, ainda tem 40% dos custos de produção importados. A fim de superar esse cenário deletério, o autor propõe 3 passos: incentivo às indústrias de processamento de cereais e frutas, revitalização da Embrapa e, por último, a criação da indústria de insumos, como fertilizantes e implementos agrícolas.

O quarto complexo industrial apresentado na obra é o da defesa, pois a nossa é deficitária no comércio externo, buscando, portanto, a independência do Brasil de potências estrangeiras para a sua defesa e as de suas riquezas, consagrando, assim, sua soberania.

O quinto complexo, por sua vez, trata-se da construção civil, que é um ramo responsável por ter o poder de ampliar a infraestrutura logística, com metrô, por exemplo. Além disso, o autor realça que é um setor que utiliza bastante mão de obra e consegue impactar rapidamente os níveis de emprego e renda de muitos brasileiros.

Por último, Ciro traz a pauta de apoio público à inovação e ao empreendedorismo, ressalta a importância de gerar mentes com essas ideias inovadoras, e também do Estado estimular e facilitar o empréstimo de jovens empreendedores, assim como aconteceu em países que sediaram o surgimento de grandes empresas que, inicialmente, começaram como um pequeno empreendedorismo de jovem. Ciro demonstra seu apoio aos jovens empreendedores e afirma ser importante políticas públicas que equilibrem os interesses dos grandes e dos pequenos empresários e empreendedores.

4.10 Ciência e tecnologia para o desenvolvimento

Neste tópico, Ciro destaca veementemente o papel e a imprescindibilidade das tecnologias no desenvolvimento industrial do país. O

autor trouxe ainda, para reafirmar sua ideia, o conceito “economia de conhecimento”, de Mangabeira Unger, que é a acumulação de ciência e tecnologia aplicada à atividade produtiva. O político traz a ideia de que vivemos em um ritmo frenético de constante evolução tecnológica tanto no processo de inovação dos produtos, como também nos métodos de trabalho, que permitem novos ciclos de demandas e aumento de produtividade. Entretanto, Ciro levanta a importância da educação e da adaptação da sociedade a esse novo ritmo que vem sendo instaurado, para evitarem a automatização do raciocínio. Para o autor e segundo suas palavras, a tecnologia não só produz mais, mais barato e mais rápido, mas também produz elementos de qualidade melhor, sendo indispensável para uma indústria competir no mercado mundial. Ciro, com sua visão política, evidencia a importância do Estado em investir em políticas públicas de desenvolvimento científico e tecnológico e aproveita para criticar o ínfimo investimento feito pelos últimos governos nesta seara bastante importante para o país.

4.11 Uma revolução educacional

Ciro deixa bem claro, neste tópico, que a educação é imprescindível para a evolução do país e que deve ser tratada como uma grande prioridade, afirmando que o projeto de desenvolvimento nacional do Brasil depende da educação do povo.

O autor aproveita para fazer críticas sobre os salários dos professores, que são extremamente baixos e que, por consequência, acabam gerando uma carência de profissionais dedicados e comprometidos. Propondo uma mudança no sistema educacional hodierno, Ciro elenca cinco medidas que podem ser capazes de romper com atuais paradigmas, entre eles superar a ideia que aprendizado é decorar fórmula, estimular a educação na área da informática e remunerar melhor os professores. Por fim, o cearense defende que deve ser desenvolvida no ambiente escolar a habilidade de conseguir lidar criticamente com o excesso de informações, forte característica da atualidade e que o professor pode ter um papel protagonista nesta desenvoltura, de ser um tutor do aluno para lhe orientar e intervir nas dificuldades particulares de aprendizado.

4.12 A cultura e sua dimensão educacional econômica

Neste espaço do livro, Ciro Gomes enfatiza a importância da cultura para a afirmação do Projeto Nacional de Desenvolvimento, uma vez que ela é o centro de afirmação de uma identidade nacional. O político reforça, ainda, a ideia de construção de uma indústria cultural, pois esta é responsável por dar organicidade a todas as manifestações culturais e movimento na balança econômica nacional, por meio da comercialização das produções.

O político cearense defende também um marco regulatório para a cultura e as artes no Brasil, buscando unificar em um único instrumento legal toda a regulação desse setor da economia. Com isso, busca dar investimentos culturais sob dois vieses: o primeiro a democratização do acesso e consumo de bens culturais, e o segundo democratização da produção cultural, segundo relata o autor em sua obra.

4.13 Brasil, o celeiro do mundo

Neste tópico, o político cearense reitera que o Plano de Desenvolvimento não busca negligenciar uma das características mais fortes do Brasil, suas condições naturais que garantem que o país seja um promissor produtor de alimentos, mas sim investir e aumentar sua produtividade. Ciro declara que o agronegócio é bastante desenvolvido no país, mas ainda há bastante agricultura familiar, responsável, inclusive, por 70% dos alimentos consumidos internamente e 75% dos trabalhadores do campo.

Nessa perspectiva, o autor elucida três desafios para a agricultura familiar, como os elevados custos, quando comparado com o agronegócio; dificuldade de escoamento e armazenamento dos produtos perecíveis e suas condições financeiras inferiores. Como um autor político, que busca intervir no Brasil com seu projeto desenvolvimentista, Ciro cita algumas medidas que atendem às necessidades dos dois modelos agrícolas que predominam no Brasil, por exemplo, medidas de projetos de infraestruturas que elimine os problemas logísticos de escoamento de safra e revitalização da Embrapa para a produção de soluções tecnológicas. Além disso, o autor cita a importância de projetos locais que favoreçam e prestem atenção técnica ao agricultor.

4.14 Não podemos escolher entre produzir e preservar

Ciro neste tópico menciona a importância da contemporização de preservar o meio ambiente junto com o ideal de desenvolvimento nacional, afirmando que a natureza deve ser preservada para que a população tenha o que comer e tenha uma vida digna. O autor declara que, diferente de alguns países super desenvolvidos, o Brasil não tem poder de escolha entre desenvolver ou preservar o meio ambiente, deve encontrar uma forma de contemplar os dois objetivos nacionais.

Ressalta, ainda, que a preservação do meio ambiente deve ser uma pauta da soberania nacional e jamais de ONGs internacionais, que muitas vezes estão envolvidas com interesses externos deletérios ao país. Por fim, o cearense afirma que os conceitos de meio ambiente e ecologia devem permear todas as estratégias de desenvolvimento nacional, uma vez que uma economia verde tem um extraordinário poder enriquecedor.

5 UMA NOVA AGENDA DE REFORMAS

5.1 Reverter a agenda das contrarreformas

O autor faz referência à Emenda Constitucional Nº 95, aprovada pelo Congresso Nacional em 2016, com o objetivo de equilibrar as contas públicas por meio de um rígido controle de gastos. A PEC do Teto dos Gastos, estabelece que as despesas federais não podem crescer acima da inflação do ano anterior. Essa medida tem prazo de 20 anos, podendo ser revisada em 2026, ficou conhecida por “PEC da morte” por afetar diretamente os investimentos na saúde, educação básica, ensino superior, meio ambiente,

segurança, moradia, etc. E por afetar esses direitos sociais, Ciro propõe imediatamente revogá-la. Conforme o autor, o Brasil não pode deixar ou limitar investimentos em setores específicos como saúde e educação, pois isso implicará num retrocesso ao país.

Da mesma forma, quando criticou a PEC 95, Ciro julga a reforma trabalhista, ocorrida em 2017, um retrocesso ao país e ver vários direitos conquistados através da Consolidação de Leis Trabalhistas (LCT) extintos. O que fez crescer, de forma exponencial, os índices de trabalhadores informais e suscitando a permanente queda de arrecadação pela previdência.

Ciro apoia a invalidação da reforma trabalhista e a busca de diálogo entre os trabalhadores e empresários para então formular uma legislação que forneça equilíbrio entre direitos/obrigações/condições dos trabalhadores e as exigências legais do Estado sobre os empregadores.

5.2 A reforma política

O conceito de reforma política é compreendido como o conjunto de alterações legais e constitucionais que possibilitem mudar a forma de escolha de nossos representantes e a estrutura do exercício dos poderes políticos executivo e legislativo.

O autor apoia uma mudança na forma como acontece o financiamento das campanhas políticas atualmente. Defende apenas duas formas dos partidos e candidatos captarem recursos, são eles: doações ocorridas por pessoas físicas (deve existir um teto máximo) e fundo partidário. Argumentando que outros tipos de financiamento como doações de empresas privadas, foram motivadores de vários escândalos de corrupção no país.

Outro ponto passivo de mudanças seria a redução do número de cadeiras na Câmara Federal e a implantação do Voto Distrital Misto para a eleição dos cargos legislativos. Esse sistema é uma combinação do voto proporcional (atual) e do voto majoritário (distrital). Ou seja, inicialmente, os estados e municípios são divididos em distritos, a quantidade de distritos representa o número de cadeiras a serem ocupadas pelos candidatos. Então o eleitor terá dois votos, sendo um no candidato do distrito (eleito o mais votado) e outro voto podendo ocorrer em qualquer candidato, independente do distrito que pertencer, sendo eleito o candidato mais votado dentro do partido ou legenda. Ciro vê esse sistema vantajoso pois tornaria a campanha mais barata e permaneceria uma proximidade maior entre população e o candidato eleito na sua região.

Ainda na forma de eleição, o autor defende que a eleição ocorra em três turnos, no primeiro e segundo turno, ficaria descidos os cargos executivos e no terceiro os legislativos. Isso, conforme o autor, evitaria chantagens ao governo executivo já eleito e permitiria ao eleitor tempo necessário para escolher o candidato a ocupar o poder legislativo, levando em consideração sua posição política em relação aos governos estaduais e federais já eleitos.

Na gestão do mandato do político eleito, as sugestões de Ciro abordam dois pontos, a fidelidade partidária e a possibilidade de revogação popular de mandatos (*recall*). No primeiro ponto, a fidelidade partidária consistiria na manutenção das obrigações que os parlamentar tem com o partido que representa. Devendo seguir as orientações definidas pelo líder partidário e isso deve ocorrer mesmo que seja contra o interesse individual do congressista. Essas obrigações são exigidas ao político eleito em duas situações distintas, sendo a primeira na ação do parlamentar, que consiste na obrigação de agir e votar conforme as diretrizes estabelecidas pelo partido e fidelidade partidária que é a obrigação atribuída ao parlamentar para continuar filiado ao partido que o elegeu até o fim do mandato. O parlamentar que incorrer nessas situações pode sofrer sanções, inclusive, saindo - sem justa- do partido que foi eleito, pode sofrer a perda do mandato. No segundo ponto, a existência do *recall* político, que, através de plebiscito, possibilitaria cassar e revogar o mandato do representante político. O *recall* não considera, exclusivamente, o cometimento de algum crime de responsabilidade pelo parlamentar, o contexto geral do *recall* político está ligado a insatisfação da população com os trabalhos desenvolvidos pelo parlamentar. Portanto, seria a possibilidade do eleitor cassar o mandato de político que não esteja cumprindo suas promessas ou estejam agindo de forma contraia à vontade dos eleitores e os decepcionando.

Por fim, abre-se um parêntese para discorrer sobre a confiabilidade do modelo de voto eletrônico utilizado no Brasil. As urnas utilizadas hoje, segundo apresentado por Ciro, é motivo de desconfiança de mais da metade da população brasileira. O que exige, do sistema eleitoral, a urgente adoção de meios mais confiáveis. Ciro propõe urnas semelhantes às que são utilizadas na Argentina, nesse tipo é possível o voto ser escaneado e criptografado, permitindo o eleitor conferir o seu voto e ao TSE, manter o registro físicos eletrônico.

5.3 A reforma da saúde

No que se refere à saúde, Ciro discorre em cinco tópicos as medidas consideradas necessárias para o brasileiro ter melhor acesso a esse serviço que é obrigação constitucional do Estado promover ao cidadão.

Inicialmente, Ciro examina os valores hoje destinados ao Sistema Único de Saúde – SUS, considerando que há subfinanciamento. E que isso é, além da corrupção, desperdício e má gestão, um dos principais problemas a se resolver e para isso, já abordado anteriormente, exige-se a revogação da emenda que instituiu o teto de limite de gastos.

Apresenta duas situações que exigem atenção criteriosa de especialistas na área da saúde e economia, permitindo ao governo acesso a medicamentos e produtos hospitalares com custos inferiores aos cobrados atualmente. A primeira seria a reforma da Lei de Patentes, propondo uma espécie de licença compulsória, retirando dos laboratórios a exclusividade para produzir medicamentos. Ocorreria a redução do domínio sob a patente que hoje são 20 anos, logo, a fórmula do medicamento seria de alcance público, sendo possível produzir e comercializar sua forma genérica em um lapso temporal menor. Para isso, outra medida necessária seria investir e revitalizar o Instituto

Nacional da Propriedade Industrial - Inpi, possibilitando acelerar a análise de pedidos de patentes pendentes e futuras. E o investimento num Complexo industrial da saúde, abordado no tópico “UMA NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL”, a medida busca impulsionar a indústria brasileira num setor que apresenta várias deficiências. O período da pandemia, por exemplo, verificou-se a necessidade de uma indústria que atendesse a população produzindo máscaras cirúrgicas, reagentes necessários para a realização de testes em massa de Covid-19, respiradores e equipamentos de UTI etc.

No que se refere ao gerenciamento da saúde, haveria um processo de informatização que ocorreria através da criação de sistemas de *e-government* no Brasil. A medida busca redução de despesas e melhoria de qualidade nos serviços de saúde. Para isso, o sistema possibilitaria um cadastro único de todos os cidadãos, preenchido por todos os médicos durante a consulta ao paciente. Através do mesmo sistema, seria possível marcação de consultas *online* e desenvolvimento de um site aberto a diagnóstico diferencial semelhante ao existente no sistema de saúde britânico.

Esse projeto de informatização também incorreria em mudanças no SUS, onde todos os brasileiros, independente da renda, estariam vinculados ao mesmo sistema, permitindo um cadastro único que armazenaria todos os dados dos pacientes e os prontuários de atendimento. Logo, a partir do prontuário, o paciente seria direcionado ao atendimento especializado em sua enfermidade.

Outro ponto abordado, é a possibilidade de se ter um número maior de profissionais habilitados na saúde. Para isso, o autor sugere uma nova regulamentação que delegue algumas atribuições, hoje exclusivas dos médicos, a outros profissionais da mesma área. É uma opção que visa redirecionar a outro especialista capacitado, a partir de uma triagem, problemas comuns e de baixo risco e agressividade, aliviando o sistema atendimento primário. E paralelo a isso, Ciro recomenda medidas que obriguem futuros médicos formados em universidades públicas a exercer, no período de dois anos, serviço social remunerado, do contrário, ocorreria o ressarcimento ao Estado em dinheiro. Isso, segundo o autor, é a possibilidade de suprimir a carência de profissionais da saúde e evitar políticas adotadas como o programa “Mais Médicos”, que teve alto custo ao governo.

5.4 A reforma da segurança pública

No tema segurança pública, Ciro reconhece a dificuldade em encontrar soluções viáveis que possibilitem a redução dos índices de criminalidade no país. Mesmo assim, institui um leque de alternativas a serem tomadas que podem ajudar a reduzir os altos índices de violência no país.

Situa que a política repressiva não tem funcionado e só tem favorecido o crescimento da população carcerária.

E que mudanças pontuais no Código Penal, de forma a tornar mais brandas penas aos presos que não oferecem riscos físicos a suas vítimas. E paralelo a isso, agir de forma rigorosa contra ações de líderes de facções

criminosas. Para isso, vê-se a necessidade de um sistema único de segurança pública, centralizando, hierarquizando e articulando as ações.

Por fim, conclui que, apesar de não ter uma resposta precisa e uma solução certa que permita resolver os altos índices de homicídios no país, o fator preponderante seria a economia, uma vez que a criminalidade no Brasil se agravou desde o colapso na economia do país. O que estimula jovens desempregados, ociosos e com baixa expectativa de consumo a praticar delitos.

5.5 Que base social pode sustentar um projeto soberano?

Neste último tópico, o autor levanta questionamentos sobre o emprego e desenvolvimento do projeto nacional.

As questões levantadas, são ideias que se esvaece se não tiver um projeto consistente, é a importância de ter não apenas ter o projeto, mas acrescido a isso, um plano que possibilite ser executado.

O que irá favorecer a execução desse projeto é a construção de base política, desde a campanha presidencial.

É proposto por Ciro, aproximação com a população para debater ideias e levantar questões que devam sofrer mudanças, buscar conscientizar a população dos problemas no Brasil e a necessidade de aplicação de medidas estruturais e econômicas para fazer o país voltar a crescer. E isso exige uma aproximação de sociedade representada por sindicatos, empresários, movimentos sociais, etc., favorecendo um pacto nacional entre quem trabalha e quem comanda a produção do Brasil.

No processo de mudanças, arquitetado por Ciro, os poderes executivo e legislativo, apesar de independentes, devem trabalhar em harmonia, em cooperação mútua. Nesse contexto, Ciro vê a necessidade de negociar com os representantes que foram eleitos pela população, deputados federais e estaduais, governadores, prefeitos. E na existência de impasses em alguns temas como tributação e mudanças no sistema eleitoral, o povo seria chamado a decidir através de referendo ou plebiscito.

O ponto econômico, pós eleição, é tratado mais de uma vez neste livro, sendo a necessidade de se evitar o rentismo econômico e buscar o retorno de investimentos em novos negócios, gerando trabalho, produção e renda a população.

Por último, a importância da utilização de canais de informação institucionais para comunicar ao povo brasileiro as posições políticas e os dados sobre o governo. Segundo Ciro, os interesses econômicos da mídia brasileira muitas vezes trazem informações distorcidas e omissões, portanto, manter um canal direto com a população seria fundamental pois favoreceria a elevação do nível crítico do cidadão, nesse sentido, evitaria a passividade do eleitor frente às decisões erradas dos seus representantes políticos.

A utilização do *software* EPANET, permitiu identificar os parâmetros hidráulicos entre outras informações operacionais do sistema que caracterizasse tal rede

Os resultados identificaram problemas de pressão e perda de carga linear e o uso do programa tornou-se uma ferramenta importante para solução de problemas hidráulicos encontrados, identificando uma alternativa que melhora a qualidade do serviço e eficiência do sistema.

A partir dos resultados obtidos da rede de abastecimento do bairro Palestina para a Situação 1, por meio de simulações hidráulicas, concluiu-se que a rede atual, com a implantação de um reservatório elevado e atendendo a populacional de demanda até o ano de 2034, operaria em estado crítico, apresentando, inclusive, áreas com ausência de abastecimento devido pressões negativas. Em relação a perda de carga linear, alguns trechos apresentaram valores elevados, bem acima de 10m/km, máximo valor recomendado pela norma, tendo como perda de carga máxima linear 94,88m/km. Logo, o quadro atual demonstra problemas e incapacidade de atender de forma satisfatória os consumidores e os parâmetros recomendados pela NBR- 12218.

A partir de modificações realizadas na Situação 2, implantação de um reservatório elevado na cota máxima do bairro e utilização de reforços da rede existente com a adição de tubulações em paralelo, constatou-se que a rede apresentou resultados satisfatórios. Os parâmetros pressão mínima e perda de carga máxima linear apresentaram, respectivamente, valores de 10,71 m.c.a e 9,37m/km. Logo, valores que atendem as recomendações NBR- 12218.

Dessa forma, concluiu-se que a proposta de implantar o reservatório elevado e realizar modificações nas canalizações, de forma a adequar a rede de distribuição de água do bairro Palestina para atender a demanda de abastecimento, é uma alternativa eficaz. Tendo como propósito solucionar atuais problemas hidráulicos e redução de custos de operação, assegurando o funcionamento eficiente da rede de distribuição, atendendo a demanda atual e garantindo o abastecimento de água para a população futura.

Como recomendações para futuros trabalhos, outra alternativa a ser verificada seria a realização de simulações dinâmicas e análise de custo da alternativa proposta.

6 POR UMA NOVA ESQUERDA

Ciro inicia esta fração final de seu livro resumindo os temas gerais competentes a este capítulo de conclusão e reitera o método que utilizará para tal: definição, diagnóstico e propostas de solução. Neste capítulo, Ciro aborda o conceito político de direita e esquerda, opina a respeito da crise na esquerda brasileira, e aponta as possíveis condutas a serem adotadas para o advento de novas práticas e de um progresso real no país. O ex-deputado inicia o debate em questão afirmando que, para ele, a esquerda ser derrotada na maior parte das democracias ocidentais, mesmo com a desigualdade no mundo atingindo

níveis alarmantes e com a nítida desmoralização do neoliberalismo, é um claro sinal de que a esquerda tradicional tem errado bastante e de que urge uma reformulação. Ele propõe uma reflexão a respeito das ideias que ele tem discutido pelo país e que acredita que possam ser parte da resposta para solução dos problemas, além de indicar propostas para uma nova atitude progressista, com o resgate de valores fundamentais.

6.1 Há ainda sentido em falar de esquerda e direita?

A ideia que muitos cidadãos brasileiros tem de que não há diferenças entre a direita e a esquerda brasileira e de que “tudo é a mesma coisa”, para Ciro, é uma visão completamente equivocada. Ao afirmar que não há diferenças, assume-se uma postura de negação à política e de contentamento com atual situação de nossa sociedade. Essa ideia rotula as iminentes mudanças como irrelevantes ou impossíveis, nega as diferenças entre projetos de sociedade e reduz a política a escolha do representante “menos pior”.

Para o autor, esse equívoco decorre do fato de tais conceitos, de direita e esquerda, não serem conceitos absolutos, variando conforme a situação concreta e o momento histórico. Esses conceitos surgiram na revolução francesa: os girondinos, que sentavam-se a direita, representavam a nobreza e a alta burguesia, em prol da conservação do *statuo quo*, enquanto que à esquerda, sentavam-se os jacobinos, defensores de uma nova sociedade. Porém, Ciro acredita que tais conceitos, além de variar em relação a situação e ao contexto histórico, também variam dependendo de quem está oferecendo a definição.

Segundo o autor, “para a esquerda, que privilegia o valor da igualdade, o termo “esquerda” passa a designar o conjunto das organizações sociais que buscam a transformação da sociedade atual em direção a uma maior igualdade entre os cidadãos, enquanto “direita” passa a designar aqueles que querem conservar ou até ampliar a desigualdade, que é encarada como a justa diferença de riqueza entre pessoas que têm diferentes merecimentos. Já para a direita, que privilegia o valor da liberdade, geralmente os termos designam a posição acerca do tamanho do Estado na economia. O termo “esquerda”, nessa perspectiva, designaria aqueles que defendem um Estado grande até o extremo de um Estado máximo, e “direita”, aqueles que defenderiam o máximo de autonomia econômica para os indivíduos até o extremo de um Estado mínimo, reduzido praticamente ao sistema judiciário.”

Na opinião do autor, essa definição alternativa disseminada pelo neoliberalismo de que a riqueza gerada pela livre-iniciativa de indivíduos dirigidos por suas motivações individuais seria maior do que aquela que poderia ser gerada e distribuída pelo Estado interventor é apenas uma retórica vazia assumida por grande parte da parcela mais rica da população para justificar a desigualdade.

Para embasar sua opinião, de que nação alguma jamais progrediu consistentemente sem interação do mercado com um Estado forte, regulador e indutor, Ciro oferece como exemplo os EUA, modelo da maior parte da direita brasileira, que não existiria sem a atuação do Estado americano no

desenvolvimento tecnológico, nas compras governamentais e na abertura de mercados através da força militar e de sua agência de inteligência.

O autor prossegue afirmando que, em sua visão, a ideia que reduz a esquerda à mera defesa de liberdades individuais (o liberalismo) e direita a defesa de valores tradicionais (o conservadorismo), é uma ideia propagada intencionalmente pelo segmento que hoje tenta se estabelecer como “a verdadeira direita brasileira” com o intuito de confundir ainda mais o debate público no Brasil. Esquecem-se, porém, que a defesa de que todos são igualmente livres para exercer sua sexualidade e religiosidade da forma que quiserem – desde que não cerceiem com isso a liberdade de outros – é uma bandeira antiga do liberalismo político que está presente na esquerda, mas também na direita liberal. De fato, esse discurso seduz até pessoas bem intencionadas que, infelizmente, movidas por respeitáveis preocupações com a manutenção da ordem, abraçam o neoliberalismo, doutrina que de forma muitas vezes silenciosa, vai contra os direitos e interesses do próprio povo.

Após analisar seus posicionamentos e ponderar a respeito de como estes seriam interpretados e denominados em diferentes países e momentos históricos, Ciro afirma que se considera um representante da centro-esquerda, um social-democrata, mas que no entanto, como latino-americano, tem ciência dos imensos entraves em nosso continente à realização desse ideal, e que sabe da insuficiência de apenas “copiar” os modelos e instituições implementados nos países escandinavos, e da necessidade de forjarmos nosso próprio caminho.

6.2 A crise da esquerda contemporânea

Para Ciro, o neoliberalismo fracassou rotundamente. A suposta liberdade individual irrestrita afeta severamente a liberdade da maioria dos indivíduos. A médio prazo, o liberalismo econômico colapsa o liberalismo político visto que a liberdade absoluta é a lei da selva, em que na maioria das vezes prevalecerá o mais forte. Em contrapartida, o outro extremo desse espectro, o modelo socialista, em virtude de seu imobilismo e sua “pureza” ideológica, impede a transformação das condições de vida concretas da população que vive e sofre hoje, apenas projetando um possível futuro ideal, que até o momento, não foi alcançado com sucesso em nenhum caso no mundo.

Para tentar explicar o porquê do fracasso da esquerda o autor realiza uma análise a respeito das constantes revoluções tecnológicas nos últimos anos e da sociedade de consumo em que estamos inseridos. As redes sociais criaram um inédito processo de manipulação de massas. “A globalização,[...] se valeu da revolução da informática e da internet para integrar o mundo inteiro numa gigantesca ciranda financeira sem lastro razoável na economia real, acelerando de forma imensa o fluxo de capitais.” As novas gerações estão crescendo mergulhadas em padrões de consumo quase que irreais e que se tornaram referência de felicidade e sucesso para a maioria dos jovens. Logo, “as pessoas passam a acreditar que são felizes caso possam satisfazer suas expectativas de consumo excitadas por essa superoferta. Isso gera numa perna a pirataria e, na outra, a violência.” Por isso, conclui-se com a frase dita o ex-presidente do Uruguai José “Pepe” Mujica, que “a esquerda falhou por criar consumidores e não cidadãos”.

Para Ciro, 4 fatores principais contribuíram para a crise da esquerda e o seu progressivo afastamento da população: o consenso neoliberal, a herança do socialismo autoritário, o abandono do horizonte nacional e o abandono das pautas universais.

O consenso neoliberal refere-se ao fato de que “ao olhar hoje tanto para a direita liberal quanto para os tradicionais partidos social-democratas, a população do mundo democrático identifica a mesma prática globalista e neoliberal que tem piorado sua condição de vida há quarenta anos. Suas atuações no governo têm sido as de meros operadores do mesmo sistema. Além disso, ambos defendem hoje pautas liberais no campo do comportamento, o que torna ainda mais difícil a diferenciação entre eles. A essência do consenso neoliberal é que o governo existe somente para administrar serviços públicos que não interessem à iniciativa privada, executar programas de renda mínima e operar para o capital financeiro, e que o Estado deve abrir mão de sua capacidade e papel de investimento e coordenação da economia. Desesperada com a perda de renda, de perspectiva de futuro para seus filhos e de empregos para a tecnologia e a globalização, essa população, principalmente a europeia – que assiste ao progressivo desmonte de seu Estado de bem-estar social –, não vê mais na esquerda democrática, socialdemocrata, uma opção para defender sua nação e seu modo de vida da sanha do sistema financeiro internacional, agravada pelo estresse migratório produzido por suas guerras e pela luz ilusória de seu consumismo”.

Em relação ao fator da herança do socialismo autoritário, Ciro o exemplifica com dois discursos amplamente reproduzidos pela esquerda. O primeiro é crença mal vulgarizada e distorcida de que tudo o que alguém é e pensa é determinado pela sociedade, enfatizando excessivamente as justificativas sociológicas para um crime, como se ele fosse única e exclusivamente culpa do ambiente social a que o indivíduo foi exposto. Tal discurso descridibiliza os cidadãos que também cresceram no mesmo ambiente social, e que mesmo com as mesmas carências, escolheram seguir o caminho correto, cumprindo suas obrigações, exigindo seus direitos e respeitando as leis. Como consequência, surge uma crença equivocada de que a esquerda é complacente com o crime, gerando margem para grandes críticas.

O segundo discurso é protagonizado por certas pessoas da esquerda que “afirmam que se deve defender o interesse de classe. Ou seja, a luta para aqueles que engolem essa interpretação não é para construir uma sociedade justa, mas sim para fazer os interesses de uma classe prevalecerem sobre os interesses de outra. Quando assume esse discurso, a esquerda perde o motor moral para lutar contra a superexploração e a superdesigualdade, caindo num pseudorealismo discursivo totalmente apartado da moralidade da população.” Esse erro pode induzir a outro ainda maior: a presença de militantes que tem preconceito contra a religião. Para Ciro, julgar o senso religioso como meio de alienação política e afastamento da luta política é algo completamente errôneo. A história está repleta de religiosos que foram líderes na resistência contra regimes autoritários. O ateísmo hostil é um desserviço à causa da igualdade social. De forma mais evidente aqui no Brasil, onde o cristianismo é a base religiosa e é flagrantemente uma religião de opção pelos pobres, em razão da sua denúncia ao acúmulo de riqueza, à vida material e ao hedonismo da

sociedade contemporânea, é explícito que com a descrença na política, padres e pastores tornaram-se seu refúgio para essas pessoas. Ignorar estes fatores seria de certo modo, uma conduta elitista.

O terceiro fator que contribuiria para a crise da esquerda e o seu progressivo afastamento da população seria o “o abandono do horizonte nacional”, a defesa do unimundismo, a denúncia do nacionalismo e do Estado-nação. Segundo essa ideia, o nacionalismo é parte da ideologia da classe dominante, identificado por grande parte da esquerda como algo extremamente negativo. Porém, à exemplo da esquerda europeia no século XIX, que defendia que os países periféricos se utilizassem da afirmação da própria identidade nacional e seu direito de se autodeterminar para lutar contra o imperialismo e a exploração econômica brutal, nos dias de hoje, com o domínio econômico e político das grandes corporações multinacionais, o Estado-nação, que antes era um anteparo protetor do capitalista, passou a ser um dos últimos obstáculos à expansão sem limites de seu poder. O neoliberalismo nada mais foi que o instrumento ideológico fabricado pelo novo colonialismo para promover a destruição dos Estados-nação, que promoveu de forma progressiva a transferência de poder dos Estados para o sistema financeiro e as grandes corporações. “A esquerda, principalmente a europeia, permaneceu perplexa diante dessa nova realidade, sem instrumentos teóricos ou políticos para reagir, enquanto o globalismo destruía economias e culturas locais e impunha a lógica especulativa do mercado financeiro internacional. Boa parte do povo europeu, desesperado por reação de sua classe política, se cansou de esperar dos partidos social-democratas qualquer postura distinta da rendição ideológica ao neoliberalismo, enquanto via o Estado de bem-estar social europeu ser aos poucos desmontado. Revoltado, viu somente a extrema direita assumir a luta contra o globalismo em defesa da economia nacional e de sua forma de vida, manipulando o fetiche da imigração.”

O último tópico apontado pelo autor como razão da crise da esquerda seria o enfraquecimento das pautas universais. “As lutas pelos direitos das minorias emergiram com força nos anos 1960 e se tornaram naturalmente integradas à esquerda internacional, que sempre lutou contra a opressão e a desigualdade de direitos e bens no gênero humano.” De fato, ao longo do tempo, tornou-se evidente o poder e o potencial mobilizador oferecido por essas pautas. Logo, a esquerda brasileira, importou dos EUA uma abordagem teórica e prática para a luta dessas minorias que buscava mudar a feição das demandas e práticas de parte desses movimentos: passaram a não atribuir a perpetuação dos privilégios à concentração de renda, mas ao gênero, à cor da pele ou à orientação sexual. De uma luta por direitos e condições materiais igualitárias, portanto universais, passou-se a lutar para acentuar essas fraturas e reafirmá-las. Porém, segundo Ciro “setores da dita esquerda brasileira importaram essa abordagem norte-americana de forma completamente acrítica, ignorando as diferenças culturais entre nossos países, especialmente o perfil étnico das populações e seu grau de miscigenação.” e que por isso passaram a explorar a generosidade do espírito solidário das pessoas altruístas e a dor dos, de fato, oprimidos. Para ele, por mais relevantes que sejam, a soma dos interesses identitários não é igual ao interesse nacional. E que “no fim das contas, o que permite a qualquer grupo social afirmar sua forma de vida em qualquer

sociedade é sua emancipação econômica. E também isso não se faz sem desenvolvimento econômico.”

6.3 A crise da esquerda brasileira

Para Ciro, boa parte da responsabilidade pela crise enfrentada pela esquerda brasileira cabe a ela mesma. Infelizmente, reproduziu os erros já cometidos pela esquerda internacional, deixou-se ser imputada pela direita a estereótipos negativos, foram incapazes de formular um projeto, desertaram a ideia de transformação das estruturas do país e pouco a pouco “cederam” à ideia do neoliberalismo. Além disso, tornaram-se aos olhos da população indiscerníveis da direita brasileira e aceitaram o falso debate em torno do socialismo real praticamente extinto da face da Terra, e continuaram a deixá-lo esconder a questão imediata e fundamental de como lidar com o neoliberalismo real que devasta o nosso país há quase três décadas.

De fato, nos últimos anos a desigualdade social no Brasil tem atingido níveis alarmantes. Para Ciro, ao achar tal nível de concentração de renda injusto ou até mesmo insuficiente para a geração de riquezas, significa que você dificilmente está, de fato, à direita no espectro político brasileiro.

O autor prossegue o texto afirmando que por mais que você se considere de direita e que reproduza discurso do grande sonho da direita brasileira de tornar o Brasil, um país como os EUA, ainda assim, são necessárias medidas ditas “de esquerda”. Para embasar sua tese Ciro afirma que o Índice Gini de distribuição de renda nos EUA hoje está em 0,408, contra o escandaloso 0,625 que o Brasil atingiu em março de 2019. Além disso, os EUA cobram um teto de 40% de imposto sobre heranças para grandes fortunas, enquanto que no Brasil o teto é de apenas 8%. Eles aumentaram o imposto sobre lucros e dividendos para pessoas físicas na crise econômica de 2008, enquanto o Brasil é um dos dois únicos países do mundo que nem sequer cobram esse imposto. O Estado lá é maior do que o brasileiro, tendo 14,6% da população empregada no serviço público, contra 11,1% daqui. Eles são conhecidos como os maiores emissores de moeda do mundo e os maiores compradores estatais com leis de proteção à indústria local. Para Ciro, negar tais indicativos é uma evidência prática do egoísmo e selvageria de parte da elite brasileira

6.4 Procurando entender a crise do PT

Ciro afirma que sempre olhou para o PT com um olhar de admiração e questionamento. Admiração por ter sido fundado no meio da classe trabalhadora e ter virado uma das mais instigantes novidades da redemocratização. Questionamento porque nunca conseguiu conhecer um projeto para o país do lulopetismo, além de achá-lo excessivamente vinculado a uma única personalidade.

Para o autor, após conseguirem atingir o executivo, tais questionamentos internos que ele tinha se concretizaram em decepções e ficaram nítidas as contradições do partido dos trabalhadores no governo. “Para chegar ao Executivo, o PT transformou seu discurso de esquerda num moralismo udenista

rasteiro e vazio de propostas. Uma vez nele, reduziu seu discurso a um personalismo messiânico despolitizante.”

“No poder, tentou cometer o “crime perfeito”: tentou cooptar para o governismo todas as expressões de organização da sociedade civil,[...], amarrando-os no aparelho do Estado com cargos, órgãos ou financiamento, até destruir em grande extensão sua representatividade e enraizamento social; e anestesiou o antagonismo social com políticas compensatórias que fazem parte do receituário neoliberal e do Consenso de Washington, apostando numa grande conciliação subornada em que a quase totalidade dos recursos que emergiram do boom das commodities ia para os ricos através do rentismo e as migalhas para os pobres com o Bolsa Família (que não onera nem 0,5% do orçamento).”

“Foram treze anos e meio de poder servindo à banca e ao Consenso de Washington, mantendo o tripé macroeconômico e os juros reais mais altos do mundo herdados do Governo FHC,[...], nos quais a imagem de nossas estatais foi jogada na lama com a cooptação de políticos corruptos [...] Treze anos e meio de populismo cambial e creditício sem uma política industrial sólida,[...], sem sequer tentar uma revolução educacional, uma reforma política, uma reforma tributária”

6.5 Para onde ir?

Neste capítulo Ciro divide em tópicos as principais medidas que ele considera como essenciais e urgentes na busca pelo progresso do Brasil e pelo bem-estar social dos brasileiros.

Ampliar e proteger a democracia

“Regular o poder disruptivo das novas tecnologias da informática (e biotecnologia) deve ser prioridade na agenda política. As revoluções na tecnologia da informação e na biotecnologia ainda estão somente começando, e temos que buscar garantir que elas venham para o benefício de toda a humanidade. Não podemos permitir que os governos ou as corporações fiquem de posse de sistemas de vigilância absolutos sobre nossas vidas. Devemos criar e pôr em prática legislações, assim como órgãos de fiscalização devidamente equipados e empoderados, que impeçam os algoritmos de big data de concentrar o controle e a informação num único centro e usar esses dados para manipular a população. Essa concentração pode eliminar de uma só vez os dois valores políticos mais caros do Ocidente: a liberdade e a igualdade. A liberdade, por controlarem todas as informações sobre nós. A igualdade, por concentrarem todo poder e riqueza humanos nas mãos de uma elite mínima, que teria acesso à tecnologia inimaginável, enquanto a massa da humanidade sobreviveria de benefícios de renda mínima. Para evitar isso temos que regulamentar a propriedade desses dados e criar uma verdadeira democracia digital.”

Defender os Estado-nação

“Precisamos voltar a defender o Estado-nação soberano como uma das últimas forças ao nosso dispor para enfrentar a ditadura global do sistema financeiro e a ascensão das corporações da informação e sua acumulação de

dados. O desenvolvimento de uma nação nunca se deu sem a proteção estratégica de seu mercado interno. Foram sempre políticas nacional-desenvolvimentistas que conseguiram criar um parque industrial contra uma indústria já desenvolvida em outros países.”

Proteger o trabalhador, não o trabalho

“Parece evidente que o avanço da tecnologia da informação e da robótica vai eliminar a maior parte dos empregos que existem hoje, isso é apenas uma questão de tempo. Devemos incentivar o desaparecimento de tipos de trabalho que não são mais necessários ou em que a máquina seja mais produtiva que o ser humano. O que não pode desaparecer são os trabalhadores. A proteção da renda e do trabalho no futuro tem uma solução muito clara, embora difícil politicamente. Para nos adaptarmos às mudanças rápidas do mercado temos que nos educar, mas quando a automação e a informática alcançarem níveis incontornáveis, esse ganho de produtividade tem que vir junto com a diminuição da jornada de trabalho que é permitida por lei. Hoje a Suécia já experimenta o turno único sem intervalo de seis horas diárias. São essas alterações que deverão ser bandeira progressista pelos anos vindouros para evitar tanto enormes contingentes de desempregados quanto a concentração da riqueza nas grandes corporações, gerada pela automação e informatização. Igualmente, o progressismo do século XXI deveria defender a iniciativa privada e o microempreendedor do poder sem limites dos grandes conglomerados e corporações. Da mesma forma, deveríamos defender a democratização e a generalização da propriedade privada, e não sua posse pelo Estado, incentivar o desejo dos cidadãos por produzir seus próprios bens e a formação dessas cooperativas com a necessária flexibilização das políticas de patentes para dinamizar essa nova modalidade de organização econômica.”

Desenvolvimento para salvar da miséria

Ciro acredita não ser possível superar a miséria sem desenvolvimento. Para ele, “Um progressismo renovado deve defender estratégias de desenvolvimento junto a estratégias distributivas, pois distribuir a miséria nunca foi bom negócio e sempre gerou resistências violentas. É muito mais fácil promover a distribuição de renda em períodos de crescimento econômico em que todos estão ganhando, é claro, fazendo os pobres melhorarem sua renda mais que os ricos.”

Para exemplificar ele oferece como exemplo a cidade de Singapura, que apesar de, assim como a China, não ser um modelo para nós em relação a liberdades individuais ou regime político, mais uma vez nos aponta o caminho universal para o desenvolvimento: poupança interna, Estado forte e regulador, crédito nacional, juros baixos, coordenação estatal e privada, política industrial, educação massiva e de qualidade e soberania.

Ecologia para salvar o planeta

Neste tópico, o autor analisa a importância de conceitos como a preservação ecológica atrelados a pautas econômicas e sociais na busca pela manutenção do nosso planeta.” De fato, o Banco Mundial avalia que nosso

consumo global hoje já é 1,5 maior que a capacidade da Terra de reproduzi-lo, já é algo nítido que a Terra, há algum tempo, já passou de seu estado de equilíbrio. Para ele, além da reespiritualização da sociedade, seu retorno à vivência dos valores e à rejeição ao consumismo, também é imprescindível a realização de medidas que atrelem o avanço tecnológico à luta ambiental, tendo em vista que ele pode ser voltado para diminuir o impacto de nossas ações sobre o planeta, ou, até mesmo, revertê-las. Mas acima de tudo, ele acredita que é preciso eliminar aquilo que é uma das maiores causas de impacto ambiental: a miséria. Não que os pobres, eles mesmos, possam ser responsabilizados pela degradação, mas é importante perceber que a falta de saneamento também polui rios, lagoas e mares, a falta de dinheiro para comprar gás obriga as pessoas a cortar lenha para fazer comida e que a falta de emprego qualificado força a expansão da fronteira agrícola.

Além disso, outro fator que contribui diretamente para a destruição de nossos biomas é a desindustrialização. De fato, “sem o recurso das exportações de bens manufaturados de maior valor agregado, resta ao país essa contínua pressão que vivemos hoje para a expansão da fronteira agrícola e exploração mineral descuidadas. Por mais que a grande produtividade do agronegócio continue crescendo, uma economia baseada em exportação de commodities vai sempre ser refém das bruscas oscilações de preços. O resultado não é trágico apenas para a vida econômica, o meio ambiente também sente esse impacto.”

Diante disso, ele entende que “é tarefa progressista assumir a questão ecológica sem negar sua urgência insofismável para o futuro da humanidade e de toda a vida na Terra.”

Reespiritualizar a sociedade

Por fim, ele se vale deste último tópico deste penúltimo capítulo para explicar a importância da reespiritualização da sociedade, ou seja, “do reconhecimento e do retorno à atuação com base na dimensão dos valores – do verdadeiro, do justo, do bom, do belo, da compaixão –, afastando-se de um materialismo grosseiro que comprometeu parte de sua atuação na sociedade até aqui.” De fato, o consumismo grotesco infelicitiza a juventude atual e alimentado por uma máquina publicitária, produz nos jovens uma constante sensação de frustração, pelos irreais padrões de consumo, despertando na sociedade o desejo viver apenas para criar e consumir o máximo possível de bens materiais.

Todavia, para o autor “o objetivo último de uma economia e de um governo não é esse, e sim o de criar as condições para o nascimento e o sustento de seres humanos e de sua felicidade.” Logo, “como exemplo de uma de muitas ações que deveríamos fazer para ajudar nessa reespiritualização está o investimento maciço numa educação criativa, libertadora e contínua, que desenvolva o pensamento crítico e rejeite o niilismo disseminado em nossa sociedade.” Além disso, também é importante promover entre os cidadãos uma postura de auto-crítica e de reflexão a respeito do consumo desmedido e das consequências desse estilo de vida para o meio ambiente e para as presentes e futuras gerações.

6.6 Por um progressismo genuinamente brasileiro

Por fim, em resumo, neste último capítulo Ciro afirma que “nosso país nunca alcançará seu máximo potencial se continuar reproduzindo modelos que outros povos desenvolveram para si mesmos baseados em seus próprios problemas, história, cultura, região geográfica, potencialidades e conflitos. Não devemos buscar construir aqui uma civilização estrangeira, somente buscar aprender com suas experiências. Mas, principalmente, devemos aprender com nossas próprias experiências.”

Desse modo, o autor acredita que foi a partir do estudo de nossa história econômica, da luta, da prática, da experiência e dos anos que ele finalmente conseguiu avaliar e perceber que o trabalhismo não era só uma forma de social-democracia brasileira. Ele era a forma de social-democracia brasileira, que valoriza nosso povo e busca a justiça social através do desenvolvimento.

Para Ciro o trabalhismo seria o melhor caminho para o desenvolvimento do país. Foi a partir desse modelo, inaugurado por Getúlio Vargas que o Brasil pode ser considerado como o país que mais cresceu no mundo entre 1930 e 1980. “Além disso, foi o trabalhismo que conseguiu criar meios de os trabalhadores brasileiros se organizarem de forma efetiva para não apenas lutarem por mais direitos, mas se tornarem a base da mudança econômica e social do Brasil. Promoveu as primeiras organizações sindicais do país e consolidou as leis trabalhistas.” Ademais, esse modelo, advoga um modelo político e econômico que equilibra a garantia da propriedade privada com sua função social e foi um dos pioneiros na luta pelas minorias no Brasil.

O Brasil vai dar certo

Para finalizar o livro, Ciro faz uma última reflexão e deixa uma mensagem de esperança aos leitores. “Somos uma sociedade multiétnica, uma civilização mestiça que sempre cultivou o sincretismo religioso e a tolerância. Isso não pode mudar. Isso não vai mudar. Todo o planeta tem problemas no abastecimento de alimentos, água e minérios sensíveis, enquanto nós somos um dos três melhores do mundo em todos esses fatores. Isso não vai mudar. Temos, portanto, um povo e um continente fantásticos. Não temos interdição razoável alguma para nos tornarmos uma grande potência. O Brasil vai dar certo.”

“Então o Brasil vai começar a dar certo. Se eu estarei aqui para ver, não sei. O que sei é que não serei eu que salvarei o Brasil. Porque o que o salvará um dia é seu próprio povo munido de um projeto e da determinação de executá-lo. E para ajudar nosso povo a entender isso dedicarei até o último dia de minha vida.”

7 REFERÊNCIA

GOMES, Ciro. PROJETO NACIONAL: O Dever da esperança / Ciro Gomes – São Paulo: LeYa, 2020. 272p.